



**EDITAL DE PRAÇA/LEILÃO  
COMARCA DE FLORIANÓPOLIS  
VARA DE CUMPRIMENTOS DE SENTENÇA CÍVEIS E EXECUÇÕES  
EXTRAJUDICIAIS DA COMARCA DA CAPITAL  
LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO  
MELHOR LANCE, DESDE QUE NÃO A PREÇO VIL**

**PRIMEIRA PRAÇA/LEILÃO - 02/09/2026 às 11:00 horas ate 03/09/2026 as 11:00 horas, com lances a partir de 100% da avaliação, a quem mais der.**

**SEGUNDA PRAÇA LEILÃO - 03/09/2026 às 11:30 horas, até 11/09/2026 às 11:30 horas, com lances a partir de 60% da avaliação, a quem mais der.**

**SÍTIO ELETRÔNICO (SITE): [www.agencialeilao.com.br](http://www.agencialeilao.com.br)**

Em razão da nova modalidade digital de alienações judiciais e leilões, conforme Resolução 236 do Conselho Nacional de Justiça, Resolução CM N. 2 de 9 de Maio de 2016, expedida pelo Conselho de Magistratura do Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015, a realização do leilão judicial, por meio eletrônico, ocorrerá nos termos do artigo 882, parágrafo primeiro, 886 inciso IV, artigo 887, parágrafos primeiro e segundo, do Novo CPC, artigo 5º, da resolução CM N. 2 de 09 de maio de 2016, expedida pelo Conselho Magistratura de SC, artigos 11 e 20 da resolução 236 de 13 de julho de 2016, expedida pelo Conselho Nacional de Justiça. **A consignação de lance mínimo pelos licitantes, ocorrerá em 100% (cem por cento) da respectiva avaliação em primeira data; e 60%(sessenta por cento) em segunda data, sobre o(s) bem(ns) penhorado(s), nos termos do artigo 891, parágrafo único do Novo CPC, salvo entendimento diverso do(a) Magistrado (a), em razão de despacho judicial.**

**Advertências: 01) Art. 889 do Código de Processo Civil:** Serão cientificados da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência; I - o executado, por meio de seu advogado ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por carta registrada, mandado, edital ou outro meio idôneo; II - o coproprietário de bem indivisível do qual tenha sido penhorada fração ideal; III - o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre bem gravado com tais direitos reais; IV - o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre tais direitos reais; V - o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, quando a penhora recair sobre bens com tais gravames, caso não seja o credor, de qualquer modo, parte na execução; VI - o promitente comprador, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada; VII - o promitente vendedor, quando a penhora recair sobre direito aquisitivo derivado de promessa de compra e venda registrada; VIII - a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado. Parágrafo único. Se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão; **02)** A verificação do estado de conservação dos bens poderá ser realizada pelo pretenso arrematante, se desejado, mediante disponibilidade e acompanhamento de Oficial de Justiça, devendo ser solicitado na vara (art. 154 inciso I do CPC) ; **03)** O pagamento dos encargos relativos a propriedade (transferência patrimonial) e/ou obrigações referentes a desmembramentos, aberturas de matrículas, averbações, bem como quais-

quer ônus referente a regularização de área e edificações, correrão por conta do arrematante; **04)** O procedimento expropriatório restringe-se às áreas acima individualizadas. Excluem-se quaisquer outras benfeitorias e/ou áreas remanescentes não alcançadas pelo presente instrumento editalício; **05)** (Artigo 895 § 1º do CPC). A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. ; (Artigo 895 § 8º inciso I do CPC) Em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; **06)** Art. 908 do Código de Processo Civil: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências. § 1º No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência; **07)** Todas as pessoas físicas e jurídicas que participarem do leilão estarão sujeitas às sanções, às penas, às condições e aos prazos previstos no Código de Processo Civil e no edital, sem prejuízo de outras indicadas em leis específicas. O arrematante será responsabilizado administrativamente e criminalmente, no caso de fraudar o leilão, praticar ato fraudulento na arrematação/pagamento do objeto arrematado/recolhimento do objeto arrematado; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, se utilizando de seu login para cometer lances demasiados, com intuito de afastar licitantes ou obter vantagens, não concretizado sua arrematação. Sendo que comprovada a fraude ao leilão, conforme artigo 358 do Código Penal: “Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.”, será aplicado o artigo acima e legislações diversas. Artigo 903 § 6º do Código de Processo Civil: Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a suscitação infundada de vício com o objetivo de ensejar a desistência do arrematante, devendo o suscitante ser condenado, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, ao pagamento de multa, a ser fixada pelo juiz e devida ao exequente, em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do bem.

**VICENTE ALVES PEREIRA NETO**, Leiloeiro Público Oficial, devidamente autorizado pela **Exma. Sra. Dra. ALESSANDRA MENEGHETTI**, Juíza de Direito da Vara de Cumprimentos de Sentença Cíveis e Execuções Extrajudiciais da Comarca de Florianópolis/SC, venderá em Praça/Leilão, na forma da Lei, em dia, hora e local supracitados, os bens penhorados nos processos a seguir:

**1 - Processo: 0256271-41.1997.8.24.0023/SC Eproc**

**Exequente: AGENOR ALBINO DE MEDEIROS.**

**Advogado: OSCAR JUVÊNCIO BORGES NETO e Outro(s).**

**Executado: MANOEL FILHO SAGAZ.**

**Advogado: RICARDO BRANDT NASCHENWENG.**

**Bem:** Imóvel de matrícula 16.184 do 2º Ofício do Registro de Imóveis de Florianópolis/SC. Trata-se de imóvel localizado na Avenida Antônio Borges dos Santos 372, Armação, em Florianópolis/SC; esquina com a Servidão Olívio Corrêa de Souza; Imóvel matrícula 21.690 do 2º Ofício do Registro de Imóveis de Florianópolis/SC. Trata-se de imóvel localizado nos fundos da Avenida Antônio Borges dos Santos 372, Armação, em Florianópolis/SC, lateral leste com a Servidão Olívio Corrêa de Souza. Conforme despacho nos autos (evento 184): Sobre os terrenos estão edificadas vários imóveis, a saber que os imóveis conscritos, duas salas comerciais onde há uma imobiliária, outras 3 sa-

**VICENTE ALVES PEREIRA NETO – Leiloeiro Oficial**

Agência de Leilões - SC - Matrícula AARC-028 /1.999

Rua Carlos Romualdo do Rosário 34 – Sala 01, Petrópolis em Joinville – SC – 89.203-900

(47) 3026-6900 - Whatsapp

[www.agencialeilao.com.br](http://www.agencialeilao.com.br) / [vicenteagencialeilao@gmail.com](mailto:vicenteagencialeilao@gmail.com)

Correspondências para Caixa Postal 871 – CEP 89208-713 – Joinville - SC

las comerciais, um apartamento de 3 dormitórios, 2 apartamentos de 2 dormitórios e duas quitinetes. Obs: Sendo que imóvel de matrícula n. 16.184 é aquele localizado de frente para a Avenida Antônio Borges, esquina com a Servidão Olíbio Correia de Souza, e o imóvel matriculado sob o número 21.690 está localizado nos fundos do imóvel de matrícula 16.184, na esquina da Servidão Olíbio Correia de Souza com as devidas avaliações: 02 salas comerciais, sendo uma delas uma imobiliária, avaliadas em R\$ 650.000,00/cada, totalizando R\$ 1.300.000,00; 03 salas comerciais, avaliadas em R\$ 400.000,00/cada, totalizando R\$ 1.200.000,00; apartamento com 03 dormitórios, avaliado em R\$ 400.000,00; 02 apartamentos com 02 dormitórios, avaliados em R\$300.000,00/cada, totalizando R\$ 600.000,00; 02 quitinetes, avaliadas em R\$ 180.000,00/cada, totalizando R\$ 360.000,00. Total da avaliação de todos em imóveis edificadas sobre as ditas matrículas são de R\$ 3.860.000,00 (três milhões, oitocentos e sessenta mil reais) em 25/10/2022. Atualização monetária para R\$ 4.573.367,40 (quatro milhões, quinhentos e setenta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos) em 14/07/2026. **Depositário:** O próprio executado. **Vistoria:** Imóvel de matrícula 16.184: Avenida Antônio Borges dos Santos 372, Armação, em Florianópolis/SC. Imóvel matrícula 21.690: Fundos da Avenida Antônio Borges dos Santos 372, Armação, em Florianópolis/SC. **Ônus:** Matrícula 16.184: AV-9-16.184: Existência dos autos por quantia certa contra devedor solvente nos autos: 023.10.003326-4; R-10-16.184: Penhora – Autos 5008353-06.2012.404.7200; AV-11-16.184: Penhora, na ação de execução dos Autos 313/97 – 2397256271.8; AV-12-16.184: Matrícula 21.690: Hipoteca – Banco do Estado de Santa Catarina – BESC; R-5-21.690: Hipoteca em favor do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC; AV-7-21.690: Averbação de mandado de penhora conforme ofício 248/98; Penhora: Autos 313/97 – 2397256271.8; AV-9-21.690: Autos 023.10.003326-4, execução por quantia certa contra devedor solvente; E demais informações sobre os imóveis, até a presente data, disponibilizadas nas matrículas atualizadas, no site desse leiloeiro para consulta, em [www.agencialeilao.com.br](http://www.agencialeilao.com.br) e nos próprios autos.

**Ônus:** Os tributos incidentes sobre os bens móveis e imóveis, multas sobre os automóveis, correrão por conta exclusiva do arrematante, salvo decisão judicial, nos termos dos artigos 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, e artigo 328 do Código de Trânsito Brasileiro. Os honorários do Leiloeiro Oficial, na razão de 5% (cinco por cento), do valor do lance vencedor, ocorrerão por conta do arrematante, comprador, remitente ou adjudicante em caso de arrematação, aquisição, acordo/remição ou adjudicação, respectivamente, conforme decisão judicial. Maiores informações com o **Leiloeiro Público Oficial e Rural VICENTE ALVES PEREIRA NETO**, através do site [www.agencialeilao.com.br](http://www.agencialeilao.com.br), a opção fale conosco, ou através do e-mail [vicenteagencialeilao@gmail.com](mailto:vicenteagencialeilao@gmail.com), com endereço na Rua Carlos Romualdo do Rosário 34 – sala 01, Petrópolis, em Joinville-SC. **Exma. Sra. Dra. ALESSANDRA MENEGETTI**, Juíza de Direito da Vara de Cumprimentos de Sentença Cíveis e Execuções Extrajudiciais da Comarca de Florianópolis/SC.